

PROGRAMAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR NO PARANÁ: UM ESTUDO DE REVISÃO

PROGRAMS TO COMBAT SCHOOL VIOLENCE IN PARANÁ: A REVIEW STUDY

Rodrigo Martins de Brito¹

<https://orcid.org/0000-0003-1981-2685>

Marcos Vinicius Francisco²

<http://orcid.org/0000-0002-5410-2374>

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar, por meio da revisão de teses e dissertações, os programas de enfrentamento à violência escolar no estado do Paraná e a possível articulação com a área de Educação Física. A pesquisa foi desenvolvida mediante a utilização da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os descritores “Programa”, “Enfrentamento”, “Combate” e “Violência escolar” foram cruzados, considerando os operadores booleanos “AND” e “OR”. Como critérios de inclusão adotaram-se: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Física do estado do Paraná, no período de 2009-2019. Os resultados revelaram uma multiplicidade de formas de violência nas escolas investigadas pelas dissertações e teses. Quando manifestadas nas relações interpessoais, ocorriam, inclusive, nas próprias salas de aula, com ou sem a presença de professores/as das instituições escolares. Além disso, verificou-se a ausência de pesquisas da área de Educação Física analisando o tema investigado.

Palavras-chave: Violência escolar; Programas de enfrentamento; Educação Física.

Abstract:

The research aimed to analyze, through the review of theses and dissertations, the programs to combat school violence in the state of Paraná and the possible articulation with the area of Physical Education. The research was developed through the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The descriptors “Program”, “Confrontation”, “Combat” and “School Violence” were crossed using the boolean operators “AND” and “OR”. The following inclusion criteria were adopted: theses and dissertations defended in Postgraduate Programs in Education and Physical Education in the state of Paraná, in the period 2009-2019. The results revealed a multiplicity of forms of violence in schools investigated by dissertations and theses. When manifested in interpersonal relationships, they even occurred in the classrooms themselves, with or without the

¹ Graduando do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV). Bolsista da Fundação Araucária.

² Universidade Estadual de Maringá, Câmpus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV). Paraná. Brasil.

presence of teachers from school institutions. In addition, there was a lack of research in the area of Physical Education analyzing the topic investigated.

Keywords: School violence; Coping Programs; Physical Education.

INTRODUÇÃO

As diferentes manifestações de violência, atualmente produzidas no sistema de organização capitalista, passam por um processo de naturalização. Raramente incomoda o sofrimento alheio ou sequer percebe-se o quanto as pessoas são “violentadas”, sobretudo, por um Estado que as trata injustamente e que fomenta uma das maiores formas de violência, senão a maior: a desigualdade econômica (CASTELO, 2017).

Quando se menciona o conceito de violência, no Brasil, é importante ponderar, de acordo com Castelo (2017, p. 63), que ela é uma expressão dos processos de acumulação capitalista, desde o período da colonização até o atual contexto, “seja pela força do Estado, seja pela atuação dos capitalistas e latifundiários nos processos de alienação e subsunção (formal e real) e exploração da força de trabalho de mulheres, homens e crianças no reino oculto da produção”. Inclusive, a violência pode ser considerada como uma potência econômica, historicamente utilizada pelas classes dominantes frente aos/às oprimidos/as, por conta da superexploração, em especial nos países periféricos (CASTELO, 2017). Apregoa-se ainda a violência estrutural do Estado contra o homem (OLIVEIRA, 2001; SPOSITO, 2002; CASTELO, 2017; FRANCISCO; COIMBRA, 2019).

Dentre as distintas formas de violência, uma modalidade ganhou visibilidade por parte dos/as pesquisadores/as, em especial, a partir das últimas décadas do século XX, qual seja a violência escolar, sendo que os casos vistos nos meios de comunicação, comumente, são sensacionalizados (DEBARBIEUX, 2002; SPOSITO, 2002). Há que se registrar o aumento de sua incidência em todos os níveis de escolaridade (OLIVEIRA, 2001; SPOSITO, 2002; FAVER, 2010; FRANCISCO; COIMBRA, 2019).

Abramovay e Rua (2002) e Queiroz e Guimarães (2015) salientam que, na realidade brasileira, os estudos sobre violência foram iniciados na década de 1970, todavia foi a partir da década de 1990, por meio de financiamentos da UNESCO, que o tema ganhou maior evidência. Foram privilegiados estudos que interseccionavam juventude e violência e o aumento da violência no contexto escolar. Essa dinâmica passou a ser contemplada em todo o contexto da América Latina a partir da referida década.

Defende-se, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que as manifestações de violência escolar (física, verbal, psicológica, sexual) não devem ser entendidas como sendo de responsabilidade exclusiva de um sujeito particular, pois essa seria uma leitura imediatista e individualizante da questão (FRANCISCO; LIBÓRIO, 2015; POUJOL GALVÁN, 2016; SANTOS JÚNIOR, 2017; CHAVES; SOUZA, 2018). “*Se trata de evitar en una visión reduccionista del problema que señala como violentos a niños, niñas y jóvenes, ocultando la complejidad del entramado en el que se genera la violencia*” (POUJOL GALVÁN, 2016, p. 123).

Nessa lógica, nas últimas décadas, ganharam notoriedade alguns programas de combate à violência escolar como um meio para coibir seus efeitos dentro das escolas, bem como para auxiliar quem vivencia situações de violência escolar. Contudo, “a maioria desses programas propõe apenas a resolução momentânea” dos casos de violência escolar “por meio de estratégias que visam à adaptação dos sujeitos a uma realidade que não é considerada em sua dinamicidade” (FRANCISCO, 2013a, p. 92-93).

Quando se menciona os programas de intervenção, consideram-lhes como parte de um conjunto de elementos que podem estar vinculados às políticas públicas sociais (VIEIRA, 1992) ou às políticas educacionais. Porém, uma parcela expressiva apresenta apenas um caráter emergencial para atender determinada categoria ou problemática (GOMES; FRANCISCO, 2019).

Francisco (2013a) pondera que as formulações dos programas de intervenção necessitam de um olhar mais crítico por parte daqueles/as que estudam a temática, a fim de se evitar reducionismos conceituais e terminológicos, superando, assim, a concepção de que apenas a “adaptação” dos sujeitos ao atual modo de viver é suficiente. Os programas de intervenção devem ir além da caracterização das diferentes manifestações de violência escolar.

É condição *sine qua non* garantir o trabalho com questões mais estruturais ligadas à produção da violência escolar, caso contrário, “os estudantes estarão sendo impedidos de compreenderem que suas posturas refletem a realidade”, por meio de determinadas condições objetivas de vida. “Os projetos de intervenção [...] precisam estar atrelados a um projeto mais amplo que vise à superação das relações imediatas e individualistas” (FRANCISCO, 2013a, p. 97).

Nesse sentido, esta pesquisa assumiu as seguintes problemáticas: O que as teses e dissertações defendidas pelos Programas de Pós-graduação em Educação³ e Educação Física do estado do Paraná revelam sobre os programas de enfrentamento à violência escolar? Quais são as manifestações de violência mais abordadas? E, qual o papel concedido ao componente curricular de Educação Física nesse processo?

Tais questionamentos são relevantes à medida que coadunam com uma perspectiva de Educação Física escolar na qual as manifestações da cultura corporal, na práxis pedagógica, devem se atrelar à complexidade vislumbrada na realidade escolar (LOUREIRO; CAPARRÓZ, 2010). Não há como desconsiderar a violência escolar nas aulas de Educação Física, já que ela pode se fazer presente de diferentes formas, tais como, por meio de situações de intimidação sistemática ou em função da violência de gênero (OLIVEIRA; VOTRE, 2006; VIANNA; SOUZA; REIS, 2015).

Acrescido a isso, há situações nas quais, alguém, em específico, é intimidado/a nas aulas de Educação Física, diante de alguma diferença ou em função de dificuldades apresentadas ao realizar as atividades propostas na práxis pedagógica (VIANNA; SOUZA; REIS, 2015).

A partir dos elementos destacados, justificou-se a realização deste estudo no estado do Paraná, sobretudo porque a própria Secretaria Estadual de Educação, ao longo dos últimos anos (2010-2015), desenvolveu ações ligadas ao “Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra

³ Optou-se pelos Programas de Pós-graduação em Educação também, já que muitas pessoas ligadas à área de Educação Física defendem seus mestrados e doutorados na referida área.

Crianças e Adolescentes” (PARANÁ, 2010) diante dos elevados índices de violência evidenciados nas escolas. Ou seja, o mapeamento dos programas de combate à violência escolar pode revelar, por meio das pesquisas científicas que se debruçaram sobre os referidos, peculiaridades não sistematizadas ainda, as quais serão profícuas para a área de políticas educacionais.

Por conseguinte, a investigação apresenta caráter inédito, sobretudo ao mapear pesquisas *stricto sensu*, em nível de Mestrado e Doutorado, que se dedicaram à análise dos programas de combate à violência escolar, instaurados na última década, no referido estado, aliado à identificação do papel assegurado ao componente curricular de Educação Física.

Mediante os aspectos supracitados, a investigação assumiu como objetivo geral: analisar, por meio da revisão de teses e dissertações, os programas de enfrentamento à violência escolar no estado do Paraná e a possível articulação com a área de Educação Física. Os objetivos específicos foram: identificar as manifestações de violência contempladas pelos programas de Enfrentamento; averiguar se o componente curricular de Educação Física é assegurado nos referidos programas de enfrentamento à violência escolar, bem como o seu papel nesse processo.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este é um estudo de revisão de literatura. De acordo com Köche (2002), a revisão é realizada por meio do conhecimento disponível em teorias publicadas em artigos, livros, teses e dissertações. Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica abrange produções relacionadas ao tema e tem como finalidade colocar os/as pesquisadores/as em contato com o que já foi produzido sobre determinado assunto. No caso desta investigação, o foco recaiu na análise de teses e dissertações.

Com o intento de atingir os objetivos mencionados no subitem anterior, foi realizado o levantamento de teses e dissertações defendidas, entre 2009-2019, no estado do Paraná, em Programas de Pós-graduação das áreas de Educação e Educação Física. Tal justificativa temporal se firmou diante da possibilidade de abarcar as produções da área na última década, sobretudo porque foi neste período que o estado do Paraná assumiu ações de combate à violência nas escolas ligadas à Secretaria Estadual de Educação (PARANÁ, 2010).

A investigação foi desenvolvida por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD foi escolhida por disponibilizar, abertamente, todas as teses e dissertações defendidas no Brasil.

Os descritores utilizados nas buscas avançadas foram os seguintes: “Programa”, “Enfrentamento”, “Combate” e “Violência escolar”, os quais foram cruzados por meio do operador booleano “AND” (Programa “AND” Violência escolar), (Combate “AND” Violência escolar), (Enfrentamento “AND” Violência escolar). Na sequência, no Quadro 01, são apresentados os cruzamentos realizados na BDTD, para se compreender o processo inicial de buscas.

Quadro 1 – Síntese das dissertações e teses selecionadas

Descritores	Total de dissertações e teses na BDTD	Dissertações selecionadas na BDTD	Teses selecionadas na BDTD
“Enfrentamento” AND “Violência escolar”	61	09	02
“Programa” AND “Violência escolar”	130	19	10
“Combate” AND "violência escolar"	16	03	01
Total com duplicações	207	31	13

Fonte: Os autores (2020).

Das 44 (quarenta e quatro) pesquisas selecionadas na BDTD, sendo 31 (trinta e uma) dissertações de mestrado e 13 (treze) teses de doutorado, 10 (dez) delas eram duplicadas, tendo, então, 34 (trinta e quatro) pesquisas que determinaram o quantitativo real de trabalhos selecionados para a análise flutuante da vinculação institucional e dos resumos. Vale apontar que os critérios de inclusão adotados foram: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação das áreas de Educação e Educação Física do estado do Paraná, no período de 2009-2019 e que apresentaram como objeto de análise os Programas de Combate as diferentes manifestações da violência escolar no estado supracitado.

Das 34 (trinta e quatro) dissertações e teses, 24 (vinte e quatro) foram excluídas por estarem circunscritas às outras unidades federativas da nação e/ou áreas do conhecimento não identificadas no processo de inclusão dos textos, como elencadas abaixo:

a) 16 (dezesesseis) dissertações de mestrados, defendidas nas seguintes regiões do país/universidades: Sudeste - UERJ (01), UFJF (01), PUC-SP (01), USP (02), UNESP (03); Sul - UFRGS (01), PUC-RS (01), UEL (01); Centro-oeste - UFG (01), UFMT (01), UnB (01), PUC-GO (01); Nordeste/ UFPE (01). As dissertações foram defendidas nas áreas de Sociologia/Ciências Sociais (03), Educação (04), Saúde/Saúde Coletiva (03), Ciências (02), Serviço Social (02), Saúde da Criança e do Adolescente (01) e Desenvolvimento Humano e Saúde (01).

b) 08 (oito) teses de doutorados, defendidas nas seguintes regiões do país/universidades: Sudeste - UFJF (01), UFSCar (02), UNESP (02); Sul - UFSC (01), UFRGS (01); Nordeste - UFPE (01). Tais teses foram defendidas nas áreas de Educação (04), Psicologia (03) e Antropologia Social (01).

Vale apontar, ainda, que 02 (dois) trabalhos, mesmo defendidos em universidades do estado do Paraná, foram excluídos por não apresentarem discussões relacionadas ao escopo desta pesquisa, sendo que uma dissertação debateu questões ligadas à área de segurança pública, sem vincular o estado do Paraná e a tese problematizou questões relacionadas aos distúrbios da voz, em meio à violência no ambiente de trabalho, e a relação da televisão e violência nas escolas sem focar em programas de combate, sendo elas:

a) 01 (uma) dissertação de mestrado defendida na área de Educação na região Sul do país, na UNIOESTE.

b) 01 (uma) tese de doutorado, defendida na área de Saúde Coletiva na região Sul do país, na UEL.

Dos 06 (seis) trabalhos selecionados, sendo 05 (cinco) dissertações e 01 (uma) tese, conforme o Quadro 2, que comporão a revisão da literatura, 04 (quatro) foram defendidos em Programas de Pós-graduação vinculados à área de Educação do estado do Paraná, sendo 03 (três) defendidos na UNIOESTE e 01 (um) defendido UEL. Os outros 02 (dois) trabalhos, inicialmente, não atendiam aos critérios de inclusão da pesquisa, todavia por apresentarem como foco de análise programas de combate à violência no estado do Paraná foram inseridos, sendo uma dissertação defendida na área de Geografia de universidade do Paraná e uma tese defendida no estado de São Paulo. O material fichado foi organizado em unidades analíticas, as quais foram problematizadas com base nas teses e dissertações selecionadas.

O quadro a seguir ilustra as dissertações e teses selecionadas para a revisão de literatura com os seguintes itens: título, autores/as, dissertação ou tese/área do conhecimento, vinculação institucional e ano da defesa.

Quadro 2 – Teses e dissertações selecionadas

Título/Autores/as	Dissertação ou Tese/Área	Vinculação Institucional	Ano de Defesa
1- A relação entre o espaço escolar e violência infanto juvenil no contexto de ação do Programa da Patrulha Escolar em Ponta Grossa-PR/ IAROCZINSKI, Adriane.	Dissertação/ Geografia	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	2009
2- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a realidade da escola pública/ NUNES, Marcela Oliveira.	Dissertação/ Educação	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2013
3- Violência nas escolas públicas de Cascavel/PR e a judicialização: constatações e apontamentos/ ARAUJO FILHO, Ismael Kalil Saffe.	Dissertação/ Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2017
4- Mutação da violência escolar na sociedade pós-moderna: a efervescência do cyberbullying/ GOLDONI, Jakeline.	Dissertação/ Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2017
5- Os dispositivos da violência escolar: o caso da escola municipal Higino Antunes Pires Neto/ TOMBINI, Leila.	Dissertação/ Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2018
6- Escola juventude e violência: um estudo no ensino médio/ TIGRE, Maria das Graças do Espírito Santo.	Tese/ Educação	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2013

Fonte: Os autores (2020).

MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTEMPLADAS PELOS PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO⁴

Ao analisar as manifestações de violência contempladas nos diferentes programas de enfrentamento, identificadas nas dissertações e teses selecionadas, foi possível constatar, na investigação de Araújo Filho (2017), desenvolvida na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, a partir de entrevistas com diretores/as e orientadores/as pedagógicos/as de 10 (dez) escolas da rede pública municipal e 10 (dez) escolas da rede estadual, a prevalência das agressões físicas e verbais, bem como situações de desacato aos/às professores/as conforme os/as participantes vinculados/as às escolas estaduais. Nas escolas municipais, a partir das impressões do público investigado, metade mencionou não haver situações de violência nas escolas onde atuavam, ao passo que a outra metade apontou agressões físicas e verbais leves entre os/as alunos/as.

Embora as manifestações de violência ocorram em todas as faixas etárias, os índices mais elevados são identificados na adolescência. Muitos/as adolescentes são movidos/as e praticam atos violentos como forma de se firmarem num determinado grupo (ARAÚJO FILHO, 2017). Identificou-se, ainda, que quanto mais velhos/as são os/as alunos/as, maior era a incidência de violência na escola. Predominaram situações de desacato aos/às professores/as, descumprimento do regimento interno. Porém, em maior quantidade, foram sinalizadas situações de violência física entre estudantes. Acrescido a isso, houve também a menção da drogadição, como uma das responsáveis pelo aumento da violência dentro das escolas.

Na perspectiva de caracterizar o fenômeno da violência na escola, em Ponta Grossa, no estado do Paraná, Tigre (2013) desenvolveu a pesquisa em 09 (nove) escolas. A investigadora se valeu de três instrumentos de pesquisa, quais sejam: i) questionários aplicados em 462 (quatrocentos/as e sessenta e dois/duas) estudantes, ii) grupos focais, em duas escolas aleatórias, com 12 (doze) alunos/as que aderiram à participação nesta etapa quando responderam ao questionário e iii) 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas com os/as alunos/as envolvidos/as em situações classificadas como violentas, pela equipe pedagógica, e registradas em ata.

As três formas de violência na escola mais apontadas pelos/as participantes, no universo investigado, foram: “*sofreram* [...] falta de respeito, agressões verbais e brincadeiras maldosas; *praticaram* agressões, agressões verbais, falta de respeito e agressões físicas; *presenciaram* agressões físicas entre alunos, ameaças/intimidações e vandalismo” (TIGRE, 2013, p. 152-153, grifos da autora). Outro aspecto a destacar é que a maioria das ocorrências manifestou em sala de aula, com ou sem a presença dos/as professores/as. Inclusive, os/as docentes foram apontados/as como as últimas pessoas a quem os/as estudantes costumam recorrer, quando necessário (TIGRE, 2013).

Goldoni (2017, p. 07) centrou sua atenção em uma das formas de violência manifestadas no ambiente escolar, qual seja o *cyberbullying*, por meio da perseguição intencional e repetitiva, materializada no ambiente virtual. Houve a intenção de “analisar as possíveis consequências advindas do *cyberbullying* na vida de estudantes do Ensino Médio de instituições públicas da cidade de Cascavel”. Os/As participantes sinalizaram danos psicológicos pontuais, expressos em situações de depressão. O sentimento de vergonha, associado à percepção de impunidade dos/as

⁴ Diante do escasso número de dissertações e tese identificadas, algumas literaturas clássicas na área foram utilizadas, a fim de conferir densidade as análises realizadas.

agressores/as, desestimulando-os/as à busca por apoio e/ou ajuda, predominou nas respostas dos/as pesquisados/as. Três entrevistados/as ainda sinalizaram os pensamentos suicidas, ao conferir papel central aos familiares que os/as impediram de concretizar tal ação. Assim como na investigação de Tigre (2013), Goldoni (2017) também sinalizou para uma baixa confiança dos/as alunos/as na figura dos/as professores/as, quando diante das situações de violência vivenciadas.

No que tange às formas de enfrentamento diante dos casos de violência na escola, Araujo Filho (2017) identificou, a partir do contato com os/as gestores/as, que a maioria dos casos são resolvidos dentro das escolas. Aspecto que se considera fundamental, pois se a violência é construída a partir das relações interpessoais e de valores socioculturais, ela deve ser problematizada e eliminada partir da reflexão e compreensão sintética dos/as próprios/as envolvidos/as. No que tange às escolas municipais, houve um discurso uníssono de que poucos são os casos nos quais se recorre ao Concelho Tutelar (CT). Todavia, nas escolas estaduais, devido ao maior número de ocorrências, conseqüentemente, há um maior contato e solicitação da mediação do CT. Quando questionados sobre as demandas apresentadas pelas escolas, os funcionários do CT apontaram a inexistência de uma intervenção sistemática de combate às formas de violência nas escolas, sobretudo às vinculadas à rede estadual.

Por sua vez, Iaroczinski (2009) detectou, a partir dos/as estudantes, que, na maioria das vezes, as formas de combate à violência na escola ficam a cargo dos/as pedagogos/as, os/as quais se valem de formas punitivas, por meio de advertências orais e registros em livros-ata, bem como quando acionam os policiais da patrulha escolar. Na mesma linha, Tigre (2013) constatou, a partir dos relatos dos/as alunos/as, que as pedagogas, comumente, adotam o registro burocrático do ocorrido, o acionamento da patrulha escolar, acrescido de registro de boletim de ocorrência nas situações mais graves.

Inclusive, quando Iaroczinski (2009) analisou os boletins de ocorrência do 1º Batalhão da Polícia Militar do Paraná – Programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC), efetuados no período de 2005 a 2007, na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, num total de 44 (quarenta e quatro) escolas, identificou que 38 (trinta e oito) unidades escolares efetuaram um total de 375 (trezentos e setenta e cinco) registros de ocorrência, os quais tiveram 624 (seiscentos/as e vinte e quatro) envolvidos/as no período citado, com predominância dos meninos, que foram responsáveis por 136 (cento e trinta e seis) ocorrências a mais.

No que tange aos maiores índices de ocorrências registradas, por tipo de atos infracionais cometidos, Iaroczinski (2009) comprovou: 72 (setenta e duas) ocorrências que ocasionaram ações leves de violência contra alguém; 55 (cinquenta e cinco) ocorrências relacionadas às lesões corporais com graves conseqüências físicas, como hematomas, ferimentos, arranhões, etc.; 51 (cinquenta e uma) ocorrências motivadas por ameaças que poderiam gerar agressões físicas; 45 (quarenta e cinco) ocorrências arroladas a partir de furtos simples de objetos roubados no interior das escolas, com destaque para os celulares, seguido de materiais didáticos, dinheiro e pertences pessoais; 25 (vinte e cinco) ocorrências ligadas a danos ao patrimônio público; 23 (vinte e três) registros, identificados a partir de situações de ameaças, humilhações e palavras grosseiras proferidas aos professores, gestores, agentes de apoio (zeladoras e merendeiras) e agentes administrativos; 21 (vinte e um) registros de furtos qualificados de fios da rede elétrica, aparelhos de TVs, DVDs, merendas escolares e materiais de escritório.

Há que se destacar que imperou uma nova dinâmica a partir da implantação do Programa, sobretudo diante dos elevados índices de violência, pois:

[...] se, num primeiro momento, problemas de atos violentos eram de responsabilidade das autoridades escolares até 2005, embora alguns policiais fizessem à ronda ao entorno das escolas sem intervenções internas, o problema passa a ser compreendido de responsabilidade social e com a atuação direta da força policial. Essa nova forma de abordagem dos atos violentos e dos envolvidos gera uma nova configuração no fenômeno, no qual novos papéis institucionais são redefinidos havendo campos de atuações comuns, contraditórios, complementares que também são ressignificados pelos próprios alunos infratores. Portanto, esse recorte é significativo no sentido de evidenciar o contexto de relações sócio-espaciais que envolvem a escola e o espaço urbano (IAROCZINSKI, 2009, p. 16).

É oportuno frisar que, após a análise do quantitativo de boletins efetuados nas 44 (quarenta e quatro) escolas da rede estadual, a pesquisadora selecionou 04 (quatro) escolas com os maiores índices de violência escolar registradas em ocorrências, a fim de efetuar observações da dinâmica escolar. Nesse ínterim, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com policiais do Programa Patrulha Escolar, educadores/as e estudantes (IAROCZINSKI, 2009).

O resultado obtido por meio das entrevistas trouxe à tona “divergências na relação entre a escola e a polícia da compreensão do fenômeno da violência, por um lado argumentaram nas condições sociais e econômicas e por outro avaliaram o próprio despreparo tanto dos policiais como das escolas no enfrentamento da violência escolar” (IAROCZINSKI, 2009, p. 86). Há uma explícita relação conflituosa, pois, para as escolas, a polícia é tida como responsável pela não efetivação positiva do Programa. O discurso inverso foi apresentado pelos policiais.

Tal aspecto merece ser problematizado, pois, se por um lado as escolas não podem ser identificadas como espaços isolados da sociedade, por outro lado o Programa Patrulha explicita a concepção autoritária do Estado, sobretudo ao não promover ações que poderiam levar a comunidade escolar a adotar posicionamentos efetivos mediante às ocorrências de violência, sem a dependência de um órgão que traz as marcas do controle na sua constituição. Corroborar esta compreensão Tigre (2013, p. 212) ao relatar que:

A violência que se manifesta na escola precisa passar a ser encarada como um problema de cunho pedagógico, possível de ser prevenido e enfrentado pela instituição escolar, bem como é necessária a criação de canais institucionais aos quais os alunos possam recorrer para resolver os conflitos.

A compreensão da violência a partir da visão dos/as alunos/as evidenciou, ainda, que a população escolar é heterogênea, seja com relação ao perfil de renda e faixa etária, bem como dos valores sociais e morais. “A complexidade que estrutura o espaço escolar tem sido negligenciada e a escola tem reproduzido os mesmos elementos presentes no espaço urbano como um todo, como a exclusão, a repressão e a submissão” (IAROCZINSKI, 2009, p. 88).

Tombini (2018) analisou os saberes e as ações que se voltaram ao enfrentamento da violência na Escola Municipal Higino Antunes Pires Neto, em Francisco Beltrão, no estado do Paraná, ocasião em que constatou um conjunto de 09 (nove) dispositivos:

- Dispositivo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): propunha ações para a sociedade como um todo, tendo como foco ações no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Dispositivo Recreio Dirigido: será explicitado na próxima subseção deste artigo;
- Dispositivo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD): tinha como característica o envolvimento da família, da escola e da polícia militar. O principal foco era a prevenção do uso de drogas e da violência entre os/as estudantes, manifestada, por exemplo, em situações de *bullying* e *cyberbullying*;
- Dispositivo Pedagógico: primava-se pelo diálogo com agressores/as e vítimas, sendo os/as professores/as instados/as a mediar tais situações. Outra instância acionada, quando o diálogo com os/as professores não era suficiente, referia-se à coordenação pedagógica, a qual recorria, inclusive, às famílias;
- Dispositivo Disciplinar: apresentava como ação potencializadora a adoção de padrões coletivos na escola, tais como: o uso de uniformes e a padronização de comportamentos individuais;
- Dispositivo Religioso: era utilizado como uma forma de conferir respostas às questões existenciais, morais e sociais dos/as alunos/as. A equipe pedagógica orientava a realização de orações para criar alguma ligação com a religiosidade;
- Dispositivo Psicológico/Médico: era acionado quando os/as alunos/as apresentavam comportamentos violentos, problemas de aprendizagem, mesmo com o auxílio do dispositivo pedagógico. Em alguns casos ocorria a medicalização dos/as estudantes;
- Dispositivo Patrulha Escolar: com vistas ao monitoramento do entorno da escola;
- Dispositivo Conselho Tutelar: era acionado quando as medidas ultrapassavam os limites da educação escolar.

Merece destaque as pesquisas que assumiram como referencial teórico analítico a compreensão de que a violência na escola está relacionada a uma questão maior, ou seja, a organização social que se reflete de diferentes formas no seio escolar (IAROCZINSKI, 2009; NUNES, 2013; TIGRE, 2013). As intervenções propostas pelos municípios/instituições investigadas reforçam aspectos identificados por Nunes (2013), isto é, as escolas estão longe de se constituírem como espaços idealizados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). E, por mais que haja uma boa intenção, as políticas implementadas apenas reforçam as regras e mecanismos de dominação e subordinação ao capital.

[...] o que passa a ser identificado como natureza da crise educacional é problematizada por diferentes correntes teóricas e desemboca em proposições cujo teor vai do repressivo a proposições mais humanizadoras, como é o caso da Educação em Direitos Humanos. No entanto, grande parte dessas proposições não vislumbra a natureza da crise, pois não abordam a educação formal, no caso, a instituição Escola, integrada à totalidade dos processos sociais. O resultado

disso é um debate limitado a ações pragmáticas e reducionistas (NUNES, 2013, p. 107).

Portanto, nessa lógica, as mudanças efetuadas são apenas formais e não essenciais. Não se nega a defesa dos direitos humanos. O problema é quando os direitos passam a ser compreendidos como fins em si mesmos, tomados como sinônimos de emancipação humana (NUNES, 2013).

A (IN)VISIBILIDADE CONCEDIDA AO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Esta subseção revela a escassez de estudos que se debruçaram sobre os programas de enfrentamento à violência escolar no estado do Paraná, conferindo ênfase ao componente curricular de Educação Física. Chamou atenção, até então, a invisibilidade de estudos sobre o tema nos Programas de Pós-graduação em Educação Física, já que não foram identificadas dissertações e teses com foco no assunto.

Tal assunto merece destaque, pois, nas últimas décadas, a área de Educação Física, sobretudo por meio dos Programas de Pós-graduação, em nível de *stricto sensu*, tem se distanciada das discussões e da produção de conhecimentos relacionadas à dimensão didático-pedagógica, diante dos processos histórico-culturais e políticos que embasam a formação de professores/as. Francisco (2013b, p.213) identificou que “tal descompasso não é apenas evidenciado na diferença quantitativa entre Programas de Pós-graduação e áreas de concentração, mas também na ausência de consistência epistemológica nas problematizações acerca da Educação Física”. Há o predomínio de investigações nas áreas de biomecânica, fisiologia e atividade física e saúde. Essa dimensão reflete a produção de artigos, livros, trabalhos em eventos, dissertações e teses (BRACHT, 2003; BRITO *et al.*, 2010).

Tal preocupação é antiga, uma vez que Bracht (2003) salientava para os cuidados que se deve ter para não fazer uma associação imediata e simplista da atividade física e das práticas corporais com a saúde. Nessa perspectiva, oportunas são as ponderações de Francisco (2013b, p. 210), ao reforçar que:

Temos disso que a representação de corpo não pode ser compreendida de forma reducionista, enquanto um amontoado de ossos e músculos que executa movimentos e produz reações fisiológicas. Ao contrário, é preciso atentar para a dinâmica espaço temporal. Isso não significa negar a importância dos conhecimentos biofisiológicos, mas destacar que uma formação pautada unicamente em tal viés não é capaz de formar um profissional comprometido para com as questões que remetem a articulação das problemáticas e manifestações da cultura corporal em associação com os aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos presentes no dia a dia.

As escassas discussões envolvendo o componente curricular de Educação Física foram identificadas em uma única dissertação, defendida em Programa de Pós-Graduação da área de Educação da Unioeste.

Como salientado, quando Tombini (2018) analisou os saberes e as ações que se voltavam ao enfrentamento da violência, verificou-se um conjunto de 09 (nove) dispositivos, salientados no subitem anterior, sendo eles: Dispositivo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Dispositivo Recreio Dirigido, Dispositivo Programa Educacional de Resistência às

Drogas e à Violência (PROERD), Dispositivo Pedagógico, Dispositivo Disciplinar, Dispositivo Religioso, Dispositivo Psicológico/Médico, Dispositivo Patrulha Escolar e o Dispositivo Conselho Tutelar. Destes, o Dispositivo Recreio Dirigido, à época da pesquisa, assumia como atividades interventivas, conteúdos presentes nos componentes curriculares de Arte, Educação Física e Ciências, ao abarcar jogos, danças, músicas, feiras e apresentações artísticas.

Agindo no controle do tempo para que os/as alunos/as não atuassem de forma violenta com os/as colegas, o Recreio Dirigido foi sistematizado a partir de dois documentos de normatização, um do Ministério da Educação e o segundo proposto pela Prefeitura Municipal, no formato de projeto (TOMBINI, 2018).

Há que se problematizar que a simplificação do papel atribuído ao componente curricular de Educação Física é preocupante, visto que revela o quanto a área ainda está distante de alcançar legitimidade social, como os demais componentes curriculares.

Nessa perspectiva, válidas são as considerações de Taffarel (2016), tendo em vista que o componente curricular de Educação Física pode e deve assumir com clareza a dimensão educativa e/ou formativa na práxis pedagógica, ou seja, o seu papel como disciplina científico-pedagógica. Inclusive, à medida que favorecer aos/às estudantes a apropriação das manifestações da cultura corporal, em articulação com as dimensões científica, filosófica e artística, estará auxiliando no desenvolvimento do pensamento teórico dos/as estudantes (ALENCAR; LAVOURA, 2012; SILVA; CAVAZOTTI, 2017).

Posto isso, defende-se que a Educação Física deverá ser abordada, na educação escolar, como um componente curricular com o mesmo grau de relevância dos demais. Nessa empreitada, há que se reconhecer e situá-la historicamente, haja vista que o entendimento de que ela pode auxiliar na formação dos indivíduos, contemplando a totalidade dos processos filogenéticos e ontogenéticos relacionados às manifestações da cultura corporal, é recente (SILVA; CAVAZOTTI, 2017). O acúmulo da produção de conhecimentos objetivados pela área e materializados nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as, em consonância com uma compreensão mais ampla das políticas educacionais e dos determinantes políticos, econômicos e culturais, garantirá novas visões e representações acerca da função social da Educação Física.

CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo geral analisar, por meio da revisão de teses e dissertações, os programas de enfrentamento à violência escolar no estado do Paraná e a possível articulação com a área de Educação Física. Merece ênfase a escassez de estudos sobre o tema nos Programas de Pós-graduação em Educação Física, já que não foram identificadas dissertações e teses com foco no assunto, defendidas no estado do Paraná no período de 2009 a 2019.

As únicas discussões envolvendo o componente curricular de Educação Física foram identificadas em uma única dissertação, defendida em Programa de Pós-graduação da área de Educação da Unioeste. Porém, o papel simplista atribuído a este componente curricular é preocupante e explicita o quanto a área está distante de alcançar reconhecimento social, sobretudo, na educação escolar.

A fim de atingir outro objetivo desta investigação, qual seja, identificar as manifestações de violência contempladas pelos programas de enfrentamento, constatou-se uma multiplicidade de formas de violência, seja por meio de situações verbais, físicas, de *bullying*, *cyberbullying*, furtos, drogadição e danos ao patrimônio público. Quando manifestadas nas relações interpessoais elas ocorriam, até mesmo, nas próprias salas de aula, com ou sem a presença de professores/as. Revelou-se também uma baixa confiança dos/as alunos/as na figura dos/as professores/as, quando diante das situações de violência vivenciadas.

Outro aspecto constatado e que merece destaque diz respeito à entrada de outras instâncias, no espaço escolar, a fim de coibir as manifestações de violência, tal como a Patrulha Escolar. Se, por um lado as escolas não podem ser identificadas como espaços isolados da sociedade, por outro lado os programas com esse teor evidenciam o quanto a comunidade escolar está distante da adoção de posicionamentos sintéticos que poderiam minimizar e/ou extirpar as formas de violência. Prevalece, então, nesses casos, a concepção autoritária do estado do Paraná, que se utiliza da polícia como instância de controle e repressão.

As intervenções propostas pelos municípios/instituições investigadas reforçam que as escolas estão longe de se constituírem como espaços que efetivamente tenham contribuído na luta pela transformação das relações sociais, as quais, no atual modelo de organização social, devem ser consideradas como produtoras de desigualdades e de violências. Por fim, defende-se a necessidade de mais investigações empíricas sobre o tema, de forma que se compreenda que a violência na escola está relacionada à organização social e materializada de distintas formas nos espaços escolares.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária pelo financiamento que oportunizou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO/ Ministério da Justiça, 2002.

ALENCAR; Y. O.; LAVOURA, T. N. O trato com o conhecimento na educação física escolar e a construção de referenciais curriculares no estado da Bahia. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 159-173, jun. 2012.

ARAUJO FILHO, I. K. S. **Violência nas escolas públicas de Casvavel/PR e a judicialização: constatações e apontamentos**. 2017. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2017.

BRACHT, V. Identidade e crise da Educação Física: um enfoque epistemológico. In: BRACHT, V.; CRISORIO, R. **A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003. p.13-29.

BRITO NETO, A. C. *et al.* O estágio de desenvolvimento do campo de estudo em “formação de professores de Educação Física: primeiras aproximações”. In: TERRA, D. V.; SOUZA JÚNIOR, M. **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Goiânia: CBCE, 2010, p.49-74.

CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal: e a violência como potência econômica. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 27, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.

CHAVES, D. R. L.; SOUZA, M. R. Bullying e preconceito a atualidade da barbárie. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, e230019, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782018000100214&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jul. 2018.

DEBARBIEUX, E. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 59-92.

FAVER, C. A. School-based humane education as a strategy to prevent violence: Review and recommendations. **Children and Youth Services Review**, Los Angeles – USA, v.32, n.03, p.365-370, mar. 2010.

FRANCISCO, M. V. **A construção social da personalidade de adolescentes expostos ao bullying escolar e os processos de “resiliência em-si”**: uma análise histórico-cultural. 2013a. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013a.

FRANCISCO, M. V. Descompasso na formação de professores em Educação Física no contexto brasileiro. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 195-214, set./dez. 2013b. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2706/2369>. Acesso em: 30 jul. 2020.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Notas sobre alguns desdobramentos necessários nos programas de combate ao Bullying escolar: uma análise sócio-cultural. **Interacções**, Lisboa-PT, v.11, n. 38, p. 7-27, 2015. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8472/6047>. Acesso em: 31 ago. 2017.

FRANCISCO, M. V.; COIMBRA, R. M. Bullying escolar e os processos de resiliência em-si sob a ótica da teoria histórico-cultural. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, p. 145-163, 2019.

GOLDONI, J. **Mutação da violência escolar na sociedade pós-moderna**: a efervescência do cyberbullying. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2017.

GOMES, A.; FRANCISCO, M. V. Análise da Proposta do Ministério Público para a mediação de conflitos nas escolas: concepções de gestão democrática e diálogo. **Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 108-119, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13757> Acesso em: 09 set. 2021.

IAROCZINSKI, A. **A relação entre o espaço escolar e a violência infanto-juvenil no contexto de ação do programa da patrulha escolar em Ponta Grossa-PR**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2009.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

- LOUREIRO, W.; CAPARRÓZ, F. E. O imaginário social de professores de Educação Física na rede municipal de ensino de Vitória a respeito de sua formação continuada. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 23-42, mai./ago., 2010.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NUNES, M. O. **O plano Nacional de educação em direitos humanos e a realidade da escola pública**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- OLIVEIRA, E. C. S. **Formação de professores e concepções sobre a violência contra crianças e adolescentes**. 2001. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciências). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- OLIVEIRA, F. F.; VOTRE, S. J. *Bullying* nas aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n.02, p.173-197, mai./ago. 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. Conselho Estadual dos Direitos da **Criança** e do Adolescente – Cedca/PR Plano estadual de enfrentamento à violência. Curitiba: CECAD, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>. Acesso: 05 abr. 2019.
- POUJOL GALVÁN, G. Puntos de articulación entre violencia social, exclusión y violencia escolar. **Revista latinoamericana de estudios educativos (México)**, Distrito Federal- MX, v. 46, n. 2, p. 123-144, 2016.
- QUEIROZ, F. L. L.; GUIMARÃES, L. T. Políticas públicas de enfrentamento da violência escolar no Brasil: entre as ações antidemocráticas e socioeducativas. In: ARAÚJO, E. L.; ARAÚJO, D. A. C. **Violência escolar: vivências e perspectivas do OBEDUC**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, p. 87-108.
- SANTOS JÚNIOR, J. J. **O conceito de bullying escolar: um contraponto sociológico frente ao discurso hegemônico**. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- SILVA; M. B.; CAVAZOTTI, M. A. Contribuições da educação física escolar para o desenvolvimento psíquico do ser humano: primeiros apontamentos. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 689-707, 2017.
- SPOSITO, M. P. Percepções sobre jovens nas políticas públicas de redução da violência em meio escolar. **Pro-Posições**, Campinas, v.13, n.3 (39), p.71-83, set./dez. 2002.
- TAFFAREL, C. Z. Pedagogia histórico-crítica e metodologia de ensino crítico-superadora da educação física: nexos e determinações. Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente, v. 27, n. 1, p. 05-23, jan./abr. 2016.
- TIGRE, M. G. E. S. **Escola juventude e violência: um estudo no ensino médio**. 2013. 242f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

TOMBINI, L. **Os dispositivos da violência escolar**: o caso da escola municipal Higino Antunes Pires Neto. 2018. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2018.

VIANNA, J. A.; SOUZA, S. M. de; REIS, K. P. dos. Bullying nas aulas de Educação Física: a percepção dos alunos no Ensino Médio. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 73-93, fev. 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362015000100073&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 08 maio. 2018.

VIEIRA, E. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.